

A formação do capital científico no campo acadêmico do jornalismo

Dimensões institucionais, teóricas e de ensino¹

Luis Mauro Sá Martino²

Resumo

Este texto delinea algumas relações entre o jornalismo e o campo científico, tal como formulado por Bourdieu (1975; 1976; 1995; 2021), focalizando tensionamentos, aproximações e distanciamentos. Examinam-se, sobretudo, as condições de formação do capital científico presente no estabelecimento do jornalismo como área de estudos relativamente autônoma, trabalhando a partir de três aspectos: (1) as aproximações entre o jornalismo e um modelo de conhecimento científico; (2) a institucionalização das pesquisas, com a presença do tema em espaços consagrados como a Intercom e a Compós, de um lado, e a formação de redes dedicadas ao tema, como a SBPJor e a ABEJ; (3) no ensino de jornalismo e na elaboração de um referencial teórico próprio. Esses elementos são discutidos em diálogo com proposições correntes no campo.

Palavras-chave: Campo Acadêmico. Capital Científico. Estudos de Jornalismo. Teoria.

Scientific capital building in Journalism academic field: institutional, theoretical and teaching dimensions

Abstract

This text outlines some relationships between journalism and the scientific field, focusing on their tensions, approaches and distances. Grounded on the notion of “scientific field” by Bourdieu (1975; 1976; 1995; 2021), it studies the formation of scientific capital in the establishment of journalism as a relatively autonomous area of study are examined. It highlights three aspects: (1) the similarities between journalism and a model of scientific knowledge; (2) the institutionalization of research, with the presence of the topic in established spaces such as Intercom and Compós, on the one hand, and the formation of autonomous networks, such as SBPJor and ABEJ; (3) in teaching journalism and developing its own theoretical framework. These elements are discussed based on a tension between epistemology and market demands.

Keywords: Academic Field. Journalism Studies. Scientific Capital. Theory.

¹ Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa realizada com apoio do CNPq, processo no. 305133/2022-5. Agradeço as contribuições presentes nos pareceres recebidos, que em muito contribuíram para o aprimoramento do texto original.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade Cásper Líbero. Professor-visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: imsamartino@gmail.com.

Introdução

Em 2010, a revista *Journalism Studies*, publicou uma chamada de trabalhos que, em linhas gerais, poderia ser mais uma das centenas em circulação nas redes do campo acadêmico. Esta, no entanto, tinha um direcionamento particular em termos da história dos estudos de jornalismo: os editores Mark Deuze, Thorsten Quandt e Karin Wahl-Jorgensen estavam buscando textos para uma seção intitulada “Theory Review” (“revisão teórica”). Mas o que poderia significar essa expressão em um periódico acadêmico voltado para os estudos de jornalismo?

A resposta ocupa um parágrafo:

‘Theory Review’ visa desenvolver perspectivas teóricas sobre o jornalismo e o seu papel na sociedade em um contexto marcadamente internacional. Sentimos que tais perspectivas, abrangendo desde a teoria política e social, história e filosofia até a literatura comparada (para citar apenas algumas), podem nos inspirar a ampliar o escopo da investigação acadêmica (Deuze; Quandt; Wahl-Jorgensen, 2010, p. 1)³.

Alguns aspectos desse curto texto indicam, para além da superfície, questões ligadas às aproximações do jornalismo com um paradigma científico. Primeiro, trata-se da chamada para uma seção voltada para o estudo teórico. A palavra “teoria”, como discutido em outros lugares (Martino, 2021; 2022) nem sempre é dotada de muito prestígio, mesmo nos meios acadêmicos, sobretudo quando confrontada com outros objetos empíricos de relevância mais imediata. A busca por artigos teóricos, portanto, sugere uma valorização desse tipo de discussão.

Mais: é uma chamada para discussões teóricas sobre jornalismo em uma revista específica. Pode-se partir de um truísmo: se há um espaço para teoria sobre jornalismo, é possível presumir a existência desse tipo de artigo, isto é, de uma produção teórica apta a passar por crivos editoriais de avaliação e formar, a partir daí, uma rede de citações. A chamada menciona o “contexto internacional”: o ano é 2010, mas a percepção de uma hegemonia euro-estadunidense já aparece no horizonte, embora ainda se esteja distante de falar em um pensamento decolonial. Finalmente, ao indicar as áreas de diálogo teórico, são apontadas Teoria Política e Social, História, Filosofia e Literatura Comparada (“para

³ ‘Theory Review’ aims to develop theoretical perspectives on journalism and its role in society in a distinctly international context. We feel that such perspectives, ranging from political and social theory, history, and philosophy to comparative literature (to name but a few), can inspire us to widen the scope of academic inquiry (Deuze; Quandt; Wahl-Jorgensen, 2010, p. 1).

citar apenas algumas”, alerta o texto) com vistas a “ampliar o escopo da pesquisa acadêmica”.

Essa chamada pode ser entendida como um sinal, quase um sintoma, de um fenômeno mais amplo: a consolidação do jornalismo como área de estudos a partir da construção de um capital científico específico, representado, aqui, pela demanda por reflexões teóricas, um dos pontos de maior prestígio a ser atingido por um campo. Como assinalava Machado (2004, p. 5), escrevendo cerca de duas décadas atrás, “o aumento da produção científica sobre o jornalismo, um dado relevante que merece ser saudado por todos os pesquisadores deste campo, nos conduz à exigência de identificar a particularidade do conhecimento resultante destes estudos”.

Este texto delinea algumas relações entre o jornalismo e o paradigma científico a partir da noção de “campo científico”, tal como delineada por Bourdieu (1975; 1976; 2021). A partir da observação empírica da presença do jornalismo em espaços consagrados de pesquisa, como a Intercom e a Compós, aos quais se acrescenta a formação de redes próprias de investigação, como a SBPJor e a ABEJ, bem como episódios de sua história acadêmica, são feitas aproximações entre o jornalismo e o campo científico no sentido de compreender a construção de seu capital específico.

Não se trata, aqui, de trabalhar o jornalismo como forma de conhecimento, tal como abordado, entre outros, por Genro Filho (2012), Meditsch (1998; 2003), Sponholz (2009) ou Rodrigues e Aguiar (2023). Essa perspectiva não parece reivindicar para si uma condição de “ciência”, no sentido postulado, por exemplo, por Weaver e McCombs (1980) ou Cratiberg (1989). Busca-se, antes, olhar o lugar acadêmico do jornalismo enquanto área de estudos: “objeto científico e, ao mesmo tempo, atividade produtora de conhecimento, o jornalismo deixa-se indagar tanto como lugar de estudos de comunicação como processualidade de conhecimentos sociais disponíveis” (Signates; Correia, 2019, p. 78)

Pensar o jornalismo como uma área de conhecimento em formação e/ou consolidação implica situá-lo em relação às demandas e exigências de reconhecimento de um campo científico. Trata-se, aqui, de pensar o campo acadêmico do jornalismo como área de conhecimento ligada a uma perspectiva de ciência, como fazem, entre outros, Silva *et alli* (2015), Ahva (2017), Carlson *et alli* (2018) ou Santana, Temer e Moraes (2021).

Nesses estudos, entende-se que a própria ideia de “ciência” é um espaço de disputas por uma definição legítima, como recorda Bourdieu (2004), bem como de práticas legitimadas, em um determinado momento, pelos participantes do espaço consagrado a essa atividade. A discussão se foca, portanto, na construção do vínculo do jornalismo com o espaço acadêmico, entendido como lugar de objetivação da prática científica.

Em relação à utilização do conceito de campo, vale ter em mente a ressalva de Gislene Silva (2009) a respeito de não realizar mais um apanhado histórico da institucionalização acadêmica do jornalismo. O sentido aqui é verificar a formação de um capital científico do jornalismo alto o suficiente para permitir sua transformação em uma área relativamente autônoma do saber.

Embora, por opção de escrita, essa noção seja trabalhada ao longo do texto em intersecção com as questões práticas, vale, no entanto, apresentar algumas de suas características. O capital científico é uma das formas do capital simbólico, conceito utilizado por Bourdieu (1997; 2014; 2021) no estudo das tramas do mundo social. Em linhas gerais, o capital simbólico pode ser entendido como as qualidades reconhecidas como desejáveis e esperadas dos participantes de um campo. Existem tantas formas de capital simbólico quantos forem os campos sociais, e, assim como no capital financeiro, existem “taxas de conversão” específicas entre os diferentes capitais de acordo com o espaço social onde essa operação ocorre.

Assim, o capital acadêmico de uma pesquisadora consagrada, objetivado na forma de títulos, publicações, bolsas de fomento, liderança de grupos de pesquisa e outras práticas reconhecidas teria um valor consideravelmente mais baixo, por exemplo, no campo jornalístico, no qual o capital simbólico é formado por outros valores – atuação profissional em redações de prestígio, prêmios recebidos, reconhecimento por sua trajetória e assim por diante. Na síntese de Cock *et alli* (2018, p. 6), “o volume de capital científico adquirido por um agente, seja na sua forma social ou pura/específica, concede posição mais ou menos privilegiada/ estratégica no espaço do jogo da luta concorrencial científica”.

Mas o que é, no caso, o capital científico? Em uma primeira aproximação, trata-se das práticas e ações definidos como importantes por uma comunidade acadêmica. No modelo atual, seguindo Bourdieu (2004), o capital científico pode ser observado em estado “puro”, por exemplo, na existência de teses e dissertações defendidas sobre um

assunto, a existência de publicações, eventos e cursos universitários de graduação e pós-graduação dedicados a ele, a publicação regular de artigos a respeito e a delimitação de um repertório teórico próprio, entre outros; ao mesmo tempo, verifica-se a existência de um capital científico ligado às políticas institucionais de distribuição de atribuições e cargos, reconhecimentos (prêmios, homenagens), convites para ocupar determinados espaços e assim por diante.

No que se segue, o texto apresenta três momentos: (1) a aproximação do jornalismo com um conceito de “ciência” em disputa; (2) na conquista e elaboração de espaços institucionais de estudo do jornalismo e (3) no ensino de jornalismo e na elaboração de um referencial teórico próprio.

A relação do jornalismo com o campo científico

Uma das maneiras de compreender a relação do jornalismo com o paradigma da ciência é observar sua relação com o campo científico. Conhecer essa ligação pode ajudar a compreender as modalidades de inscrição do jornalismo no campo científico, em uma articulação provida de tensões, negociações e conflitos, bem como a “a autoridade para produzir um conhecimento sistemático” (Franciscato, 2008, p. 5):

Verificar como um assunto se inscreve no campo científico é olhar para suas estratégias de legitimação frente a áreas concorrentes. Ganhar o lugar de “ciência”, isto é, ser recebido como um par no campo acadêmico, é uma forma de reconhecimento e legitimação. Essa inscrição é tanto mais difícil quanto maior for o prestígio esperado da vinculação; em geral, o rito de inscrição demanda, para seus postulantes, um capital proporcional ao benefício a ser parte de um determinado espaço social. O campo científico, para além de seu prestígio social, atua na transformação do capital intelectual em financeiro, na forma de bolsas de pesquisa e financiamentos:

Para o agente mais bem posicionado são concedidos, portanto, o reconhecimento e a possibilidade de exercer autoridade científica no campo, e esse tipo específico de capital está acompanhado de outros, conferindo determinada estrutura e volume de capitais, o que, por sua vez, gera poder e capitais simbólicos (Cock *et alli*, 2018, p. 6).

Esse ingresso é difícil e progressivamente dificultado por aqueles que ocupam posições dominantes nesse espaço, sabendo que o acesso fácil incorreria no risco de

uma vulgarização do lugar, com o conseqüente declínio do prestígio inerente ao pertencimento. Não por acaso, o campo das ciências “duras” (as “hard sciences”, no universo anglófono) sempre se mostrou refratário à inclusão das Ciências Sociais, ao menos sob o mesmo estatuto de “ciência”. Becker (2022), por exemplo, recorda, em tom anedótico, do esforço de um professor universitário estadunidense, no século XX, para ser reconhecido no mesmo nível de seus colegas físicos ou químicos, escutando, em tom de humor ácido, frases como “olhem, aí vai o cientista *socia!*”, em tom pejorativo.

Nesse cenário, pensar a inscrição o jornalismo no campo científico significa observar não apenas a maneira como ele poderia se identificar como “ciência”, mas, mais ainda, como seria possível ligá-lo a uma concepção de “ciência social”.

Isso, de certa maneira, já é feito: na classificação das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa, do CNPq, o jornalismo está dentro das “Ciências Sociais Aplicadas” como sub-área da Comunicação ao lado de Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, entre outras. Nesse aspecto, seria possível dizer que a inscrição do jornalismo como ciência estaria garantida apenas pela presença nesse tipo de classificação. No entanto, trata-se de uma questão um pouco mais complexa.

No campo da Política Educacional, o capital “político” dá-se por meio de funções exercidas em coordenação de PPGE, associações de pesquisa, editoria de periódicos, entre outras funções; já o capital científico “puro” institui-se por intermédio de grau acadêmico, publicações em periódicos, participação em eventos científicos, citações, coautorias, bolsas de estudo e bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre outros (Pires, 2022, p. 11).

Seria o caso de discutir a qual conceito de “ciência” esse tipo de classificação efetivamente se refere. Até aqui, quando se falou em “ciência”, o modelo foi uma concepção criticada, mas ainda vigente, com raízes no positivismo; uma prática voltada para a precisão, previsão, criação de modelos, procedimentos quantitativos e técnicos, embasada em uma noção de “neutralidade” e “distância” entre um observador objetivo diante de uma “realidade” passível de ser capturada por determinados conjuntos de procedimentos (Albuquerque, 1998; Fuller, 2010).

Produtos de uma Modernidade que se apresentava como triunfante no século XIX, com o primado da máquina, no âmbito técnico, e do capitalismo, na esfera econômica, o jornalismo e a uma determinada concepção de ciência aparecem como modalidades de conhecimento do mundo pautadas em uma racionalidade – técnica, econômica e filosófica

– responsável por definir as linhas gerais do pensamento daquela época (Giddens, 1998; Touraine, 2000). Talvez não seja por acaso que ambos, em sua origem, compartilhem alguns valores ligados a esse modo de pensar, como a pretensão à “objetividade”, ao “distanciamento” em relação à realidade e a “neutralidade” de valores – índices de uma concepção de ciência calcada no Positivismo.

O jornalismo, apesar dessa dimensão epistêmica em relação à realidade, se configurou, em termos sociais, como uma atividade mais próxima do campo literário – e, em menor escala, de outros campos, como o Direito e a Filosofia – do que do campo científico. Parece existir uma tensão de origem, no jornalismo, entre sua filiação ao campo literário, de um lado, talvez em um sentido mais originário, e sua busca de validade enquanto modo de conhecer a realidade que se aproxima do saber científico. Isso pode ser observado, sobretudo, quando se dirige a atenção para o conceito de “ciência” vigente na Modernidade. Esse horizonte, contemplado, entre outros, por Chanel (2001), Guerra (2003), Kperogi (2013) e Rodrigues e Aguiar (2023) pode auxiliar a entender a questão.

A inscrição de uma nova área do saber no campo científico parece ter sido historicamente balizada pela vinculação a esse modelo de ciência. Daí a dificuldade de criação das “ciências humanas”: elas deveriam, dentro desse cenário, obedecer a uma lógica próxima das ciências naturais. Não por acaso, as primeiras gerações da Ciências Sociais buscaram dar um tom aos seus trabalhos próximos dessa concepção, trabalhando de maneira “científica” os fenômenos sociais. No âmbito da Sociologia, seus herdeiros estariam no Funcionalismo das escolas britânicas e estadunidenses, sobretudo (Hohlfeldt, 2001; Moretzsohn, 2011, Martino, 2023).

Isso decorre do fato de que estar situado em uma determinada posição de campo – e, portanto, dotado de um capital específico decorrente da trajetória de formação desse *habitus*_científico – implica reconhecer também quais são as discussões válidas. A perspectiva de declínio desse modelo, como já assinalava Hackett (1984), é seguida pela discussão ao longo das décadas seguintes, como se pode notar pela distribuição de estudos de Shapiro (2013), Goutier (2018), Ojala (2021) ou Canella (2023).

O desenvolvimento das ciências da comunicação se confirma dentro desse cenário intelectual e epistemológico. Os estudos de Jornalismo, em uma relação ora de conflito, ora de proximidade e ou filiação com a Comunicação, compartilham com ela a demanda por um reconhecimento frente às outras ciências. O resultado, dentro dessa relação ambígua de vinculação e distanciamento entre Jornalismo, Comunicação e

Campo Científico, historicamente apresentou mais como um emaranhado de novas questões do que propriamente de uma solução.

Situar-se em relação a um debate, em qualquer campo, indica, dentro de um *habitus* científico, a disposição em reconhecer a discussão como válida e relevante. Isso implica a formação de uma comunidade ligada a um espaço institucional de pesquisa, lembra Taylor (1973), como se verá a seguir.

Os espaços institucionais de pesquisa

A criação de espaços institucionais de pesquisa, chancelados e reconhecidos pelas instâncias legítimas e legitimadoras em instâncias efetivamente dotadas dessa prerrogativa, é uma das principais estratégias elaboradas por qualquer área no sentido de garantir um aumento no seu prestígio entre os pares, bem como de sua consolidação perante seus próprios membros. A existência, por exemplo, de grupos de pesquisa credenciados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, é um dos indicadores de institucionalização de determinados temas, reconhecidos não apenas no interior de instituições, mas também como merecedores – na medida em que se apresentam como detentores de um capital institucional suficiente – de reconhecimento. Nenhum tema, assunto ou perspectiva tem, de saída, um espaço institucional garantido, e sua conquista é um indicativo do aumento de seu prestígio institucional.

Como recorda Gingras (1991), os processos de institucionalização de uma prática de pesquisa envolvem muito mais do que a disposição em conhecer um fenômeno ou objeto empírico, mas implica um desenvolvimento de saberes teóricos e metodológicos, bem como do estabelecimento de relações institucionais.

No micro nível das relações cotidianas, esse processo muitas vezes significa uma complexa rede de negociações no sentido, por exemplo, ao trazer um assunto ainda marginalizado no campo acadêmico como tema de pesquisa, desafiando o ceticismo ou desinteresse. As estratégias de invalidação de uma pesquisa, por esse caminho, passam muitas vezes pela indicação do pouco valor social de um objeto proposto (expresso em frases como “ah, mas isso não interessa muito” ou “ninguém estuda muito isso”).

Há um capital científico associado a cada objeto, mas essa ligação está longe de ser fixa ou garantida por fatores externos. Ao contrário, sua progressiva inserção em espaços consagrados de discussão e pesquisa, a partir da mobilização de pesquisadoras

e pesquisadores interessados, pode aumentar seu valor a partir do reconhecimento de sua legitimidade e importância. A existência de espaços acadêmicos dedicados a um tema ou objeto é um dos pontos máximos de sua consagração: concentrar o foco de um evento em um objeto ou tema é a demonstração de sua importância e possibilidade de contribuição como par em outras áreas, ponto ligado ao espaço institucional ocupado.

De quais maneiras o jornalismo poderia se articular com o paradigma científico nesse cenário? Considerando que exista, pautado nessa disputa de sentidos da noção de ciência, um campo científico no qual paradigmas em conflito se apresentam com reivindicações de validade, como o jornalismo figura nessa composição?

Uma pista inicial passa pela verificação de suas credenciais institucionais no campo científico. Neste aspecto, o jornalismo parece ter um espaço consolidado nas pesquisas acadêmicas, indicador de um capital científico alto o suficiente para garantir uma autonomia perante outros campos científicos. Isso pode ser observado a partir dos lugares institucionalizados de pesquisa voltados, de modo exclusivo ou compartilhado, para o estudo do tema.

Dois dos principais espaços consagrados de estudos, o Encontro da Compós e o Congresso da Intercom, apresentam divisões específicas para se pensar o Jornalismo. O Grupo de Trabalho (GT) Estudos de Jornalismo, da Compós, mantém sua atividade com esse foco de maneira ininterrupta praticamente desde as primeiras edições do evento, ainda em meados dos anos 1990. No caso da Intercom, há três grupos de pesquisa (GP) dedicados ao assunto – Gêneros Jornalísticos, Telejornalismo e Teoria do Jornalismo. Vale, por conta dessa expressividade, demorar um pouco mais na análise desses espaços institucionais.

Grupos de pesquisa formam um dos pontos centrais da produção acadêmica, responsável não apenas pelas trocas de propostas e ideias entre pesquisadoras e pesquisadores, mas também como lugar de fomento, criação e consolidação de uma comunidade acadêmica dedicada a um assunto em particular. A criação de um grupo de pesquisa, sobretudo em espaços já consagrados, como universidades ou associações, sugere que essa comunidade acadêmica reunida em torno de um tema já tem um capital institucional suficiente para pleitear seu reconhecimento em termos de igualdade com os outros; o posicionamento de um grupo de pesquisa é também uma indicação do capital científico cultivado por todas as pessoas ligadas a um algum determinado assunto.

A constituição de uma comunidade científica, lembra Taylor (1973), está pautada nas trocas mútuas entre seus participantes, no reconhecimento tácito do direito de apresentar posições diferentes, mesmo contrárias, mas focalizadas no mesmo objeto. Como recorda Bourdieu (2021), a disputa é uma das tônicas do campo acadêmico, e, para além de uma discordância mais próxima da superfície, é necessária a existência de um acordo anterior, eventualmente mais profundo, a respeito do que se pode discordar ou não.

A sobrevivência de um grupo de pesquisa, nesse aspecto, está também ligada às possibilidades de demarcação de fronteiras simbólicas para definir seu alcance e foco, bem como futuras demandas e movimentos. Estar presente em um evento de porte, como a Compós e a Intercom, são indícios da alocação de um capital particularmente alto – em termos acadêmicos – dirigido à consolidação e legitimidade de suas demandas.

No âmbito do jornalismo, os grupos e eventos resultam do capital acumulado em uma trajetória de décadas voltadas para essa temática, indicando não apenas a pertinência do assunto em relação ao campo científico como também a longevidade e as possibilidades de transformações das discussões realizadas ao longo do tempo.

Um ponto a observar é a existência de entidades e eventos autônomos, voltados exclusivamente à pesquisa em Jornalismo. A Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), assim como a Associação Brasileira do Ensino de Jornalismo (Abej), entidades de pesquisa, são também responsáveis pela edição de publicações específicas, a *Brazilian Journalism Review* e a *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, respectivamente. As dinâmicas de produção do capital científico podem ser delineadas a partir da observação de alguns aspectos relacionados à institucionalização dessas entidades. Um dos primeiros fatores é a longevidade, índice que sugere a vitalidade das discussões promovidas por elas e, portanto, uma circulação de estudos e pesquisas.

A SBPJor e a Abej foram fundadas em 2004 – esta última tendo sua origem localizada dez anos antes, em um Seminário de Atualização para Professores de Jornalismo realizado pelo Labjor, da Unicamp, em 1994 (Abej, 2024; SBPJor, 2024). A promoção de encontros regulares, de âmbito nacional, sugere a produção contínua de pesquisas, bem como a manutenção de um espaço de troca de ideias legitimado pela presença constante dos participantes. Em termos de sua longevidade, é possível notar que ambas caminham já para o espaço de uma geração, o que sugere também, ao lado da presença de quadros fundadores, a entrada de novas e novos pesquisadores

interessados no tema, contribuindo para a vitalidade das discussões – e manutenção de seu capital científico.

Ao lado desses espaços autônomos, dedicados exclusivamente à pesquisa acadêmica em Jornalismo, é importante situar que o Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo, da Compós, e os grupos dedicados ao tema na Intercom – atualmente, os GTs Gêneros Jornalísticos, Telejornalismo e Teorias do Jornalismo.

No caso da Compós, o GT Estudos de Jornalismo mostra uma produção contínua, sempre no limite de dez trabalhos por grupo, conforme os regulamentos da entidade. O fato do GT, em todas as edições da última década, ter recebido quase sempre um número expressivo de trabalhos, indica essa consolidação do espaço de pesquisa. Vale recordar que nas últimas três reativagens de GT realizadas, quando o número e os temas dos grupos são atualizados, Jornalismo se manteve com relativa folga.

A Intercom apresenta um cenário talvez mais amplo por conta do número de participantes do evento. Os três GPs dedicados ao tema mostram uma produção constante nas edições dos últimos cinco anos, sugerindo não só uma já mencionada consolidação institucional como também de sua aceitação pela comunidade acadêmica.

Trata-se, igualmente, de espaços com mais de vinte anos de existência que, embora vinculados a eventos mais amplos da área de Comunicação, apresentam-se como lugares para a discussão das especificidades do jornalismo.

Se não é o caso de entrar nos detalhamentos da produção desses espaços, sua existência assinala a existência de um capital científico do jornalismo capaz de permitir, há décadas, sua conversão em termos da participação em eventos gerais. A presença nesses eventos é, igualmente, uma tomada de posição frente ao conjunto de outras Áreas ao indicar uma delimitação específica, institucional, à qual corresponde uma trama de questões epistemológicas igualmente particulares.

Neste último aspecto, vale assinalar que, desses quatro espaços, dois estão ligados a eventos na Área de Comunicação, a Intercom e a Compós, e dois se dirigem, de forma autônoma, para o estudo do Jornalismo – a Abej e a SBPJor. Essas filiações podem apresentar pontos de tensão não apenas institucionais, mas também epistemológicos – a título de exemplo, questionar as diferenças entre “Teorias do Jornalismo” e “Teorias da Comunicação” ou o significado de algumas das subáreas relacionadas, como “Teoria da Publicidade” ou “Teoria das Relações Públicas”.

Isso leva ao próximo item.

A teoria própria, o ensino e o mercado

Em termos epistemológicos, o jornalismo parece ter tido algum tipo de prerrogativa histórica em relação a outras temáticas correlatas. Se é, evidentemente, possível endereçar questionamentos a qualquer datação ou delimitação de uma data, vale, por outro lado, buscar algum tipo de ponto de partida. E, no caso dos estudos de jornalismo, existe mais de uma possibilidade para isso – neste texto, por razões de espaço, não serão discutidas as razões historiográficas e políticas responsáveis pela proposição de cada data, mas assinalar sua presença na constituição de um ramo do campo jornalístico ligado aos estudos acadêmicos (Nerone, 2013; Carlson *et alli*, 2018).

(...) as teorizações sobre o jornalismo evoluíram ao longo dos séculos, desde o seu primeiro registro com a obra de Tobias Peucer, no final do século XVII, e principalmente o debate sobre a questão do jornalismo como conhecimento sustenta-se também a partir da análise de bases paradigmáticas antagônicas dos estudos de Comunicação, como a teoria funcionalista pragmática, a teoria crítico radical e a teoria latino-americana, que servem também para embasar as discussões teóricas sobre o jornalismo como campo de conhecimento específico (Santana; Temer; Moraes, 2021, p. 51).

Vale, com essas ressalvas, assinalar três momentos de aproximação do jornalismo ao campo científico, objetivadas na forma de estudos publicados sobre o tema.

É possível derivar algumas questões disso. Em primeiro lugar, cabe assinalar a relevância social do objeto, grande o suficiente para permitir que uma pesquisa fosse feita a seu respeito. Em um texto intitulado “Método científico e hierarquia social dos objetos”, Bourdieu (1998) situa a escolha de um determinado objeto de estudos como uma relação de forças entre as dinâmicas específicas do campo acadêmico e seu prestígio específico nas classificações sociais.

Não há, como visto, objetos previamente consagrados – ou preteridos – de antemão. Pensar dessa maneira seria conferir ao objeto, bem como aos procedimentos de uma escolha, uma autonomia dificilmente comprovável na prática. Como assinala Bourdieu (2021), no entanto, apresentar escolhas científicas e acadêmicas como fruto específico da vontade de agentes sociais autônomos e independentes salvaguarda uma imagem de ciência como espaço livre de interferências de qualquer natureza.

A escolha do jornalismo como objeto de estudos, em vista disso, sugere não apenas que o jornalismo é relevante socialmente, mas também indica seu reconhecimento como um objeto de estudo acadêmico em um momento em que

pesquisas sobre esse assunto eram desconhecidas – aliás, a própria noção de “pesquisa acadêmica” com um tema dessa natureza parece ser relativamente estranha a uma história dos objetos científicos – ainda por ser escrita, vale observar.

Observe-se que não se trata de uma perspectiva linear, muito menos midiocêntrica, de assinalar o crescimento de uma mídia como responsável única por sua inserção no campo acadêmico; ao contrário, é o jornalismo como prática social, vinculado a condições históricas e econômicas específicas – resumidas na consolidação do capitalismo e de uma sociedade de massas – que se afigura como responsável pelo interesse em seu estudo. A formação da opinião e a influência do jornalismo se apresentam, neste marco, como pontos de entrada fundamentais para pensar o jornalismo.

As aproximações propostas, por exemplo, por Paucer (2003), Groth (2009) e Lippmann (2009) em relação ao jornalismo, se mostram sua progressiva adequação e ligação com o campo acadêmico, apresentam um lado específico da questão – o jornalismo como objeto de estudo a partir das referências de outras áreas. Embora tenham estudado jornalismo, não eram oriundos do campo jornalístico, e nem realizaram seus estudos em programas de pós-graduação nessa Área na medida em que, historicamente, ela ainda não existia. A definição do jornalismo como área de conhecimento requer, nesse sentido, mais do que sua escolha como objeto empírico, mas a elaboração de outros elementos que o caracterizam como uma área do saber relativamente autônoma.

Machado (2004, p. 5) assinalava esse movimento:

No atual estágio das pesquisas, os pesquisadores em jornalismo devem perceber que, legitimado como objeto científico com status próprio, temos pela frente o desafio, como veremos ao longo deste tópico, de estimular o desenvolvimento de metodologias adaptadas à compreensão do jornalismo como prática profissional, como objeto científico ou como campo especializado de ensino.

Ao mesmo tempo, é importante assinalar também a consolidação dos estudos de jornalismo nos Estados Unidos como um campo relativamente autônomo, sobretudo a partir dos trabalhos pioneiros de Lippmann (2008 [1922]) e Park (1940).

Nesses espaços uma área de conhecimento pode atingir uma outra dimensão das instâncias máximas de consagração acadêmica: a formulação de uma teoria própria, irreduzível às concepções e considerações de outros campos, ainda que em um diálogo

interdisciplinar com eles. Isso implica, por exemplo, a criação de uma comunidade científica fomentada mutuamente pelo movimento de publicações, leituras e citações das pesquisas de uma área, contribuindo para a circulação de um capital científico próprio:

O Campo do Jornalismo e suas teorias e conceitos próprios resultam de cada artigo científico, dissertação e tese, e da metateoria (reflexões epistemológicas) em sua abrangência ou em microterritórios como, por exemplo, em jornalismo especializado, meios tecnológicos específicos, temas editoriais ou nas interfaces com a arte e as outras ciências (Silva, 2009, p. 208).

A consolidação do campo acadêmico do Jornalismo em relação a um paradigma científico, tal como definido no estado atual do campo científico, não se resume à sua apropriação como objeto, mas, sobretudo, à sua afirmação enquanto área do saber. Há uma instância quase obrigatória de passagem de qualquer área em relação ao campo acadêmico: o ensino. Se a escolha do jornalismo como objeto mostra sua relevância em termos sociais a partir de sua apropriação pelos espaços acadêmicos, a criação de uma área de estudos específica revela o alcance de seu capital científico na formação de um desses espaços dedicados especificamente ao seu estudo (Leclerc, 1989).

O ensino universitário é decisivo para a consolidação do jornalismo como instância válida de conhecimento frente ao paradigma científico vigente. Em primeiro lugar, observa-se a reivindicação, para a prática, de uma formação que ultrapasse o cotidiano das redações, indicando que o “aprender na prática” seria consideravelmente limitado – o debate de Pulitzer (2014) no momento de criação das escolas de jornalismo é representativo, em uma discussão que se desdobra até hoje. Segundo, isso coloca em questão imediatamente a necessidade de se pensar a especificidade de um ensino de jornalismo ancorada na formulação de um corpo teórico suficientemente robusto para indicar uma alocação do capital científico para sua compreensão.

A formulação teórica autônoma pode ser vista como uma das instâncias máximas de consagração na medida em que, pela sua especificidade, revestida às vezes por um hermetismo acessível apenas aos iniciados, ela se apresenta como uma das principais fronteiras simbólicas de uma área. Trata-se, de certa maneira, de uma declaração de independência epistemológica, na medida em que a eleição de um objeto (o jornalismo) é respaldada por um corpo de conceitos específicos (teoria do jornalismo) passível de ser objetivada em questões metodológicas (estudos de produção, análise de notícias, pesquisas de efeitos).

O ensino de jornalismo se apresenta como uma das instâncias fundamentais de aproximação da área como o campo científico, congregando os aspectos institucionais e as questões epistemológicas dentro de um mesmo espaço, a partir do qual é possível, em algumas circunstâncias, iniciar um ciclo de divulgação, aprimoramento e confirmação desse espaço (Bruck, 2011; Hime, 2013). Isso pode acontecer na forma, por exemplo, de programas de pós-graduação, linhas de pesquisa próprias, elaboração de trabalhos científicos, da iniciação científica ao pós-doutorado, que possam se valer desses elementos teóricos e metodológicos específicos no estudo do jornalismo como objeto.

Há, no entanto, um elemento a ser considerado que, por motivos de foco e espaço, não será desenvolvido, mas não poderia deixar de ser mencionado: as demandas de mercado. Historicamente, cursos de jornalismo não foram, em sua maioria, pensados como lugares de consolidação de um campo acadêmico; antes, sua criação parece ter acontecido sobretudo a partir das exigências profissionais de empresas e associações de classe, conforme o lugar (Rocha, 2016). A história do ensino de jornalismo é marcada pelo tensionamento entre o reconhecimento da área, em termos acadêmicos, e questionamentos vindos do mercado a respeito da necessidade desse tipo de formação (Papet, 2008; Laville, 2008).

Considerações finais

Na medida em que o pertencimento ao campo científico se mostra, na Modernidade, como um sinal de prestígio e poder, a vinculação de uma determinada prática a esse espaço implica também uma transformação em seu status: elevar-se à categoria de “ciência” implicaria entrar para um espaço selecionado, no qual tem acesso alguns poucos escolhidos, tornados dignos do exercício de uma voz legítima – porque legitimada – pelo espaço e pelas relações entre pares.

O capital científico, aqui, se manifesta no movimento de reconhecimento da complexidade da prática como ponto de partida para uma reflexão teórica própria e relativamente autônoma, de um lado, e de seu ensino em instâncias regulares e formais de aprendizado, de outra.

O institucional e o epistemológico não podem, nesse sentido, ser separados, assim como não é possível reduzi-los um ao outro (Ferreira, 2008). Os processos de consagração institucional não deixam de lado a valorização do epistemológico: no caso do

Jornalismo, por exemplo, a conquista de lugares específicos para seu debate acadêmico prevê, de saída, a especificidade dessas discussões, pautadas em questões teóricas, metodológicas e empíricas próprias, capazes de sustentar um debate próprio, impossível de ser absorvido nas discussões de outras áreas próximas.

Referências

AHVA, L. Practice theory for journalism studies. **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1523-1541, 2017.

ALBUQUERQUE, L. M. B. **Sujeito e realidade na ciência moderna**. São Paulo: Annablume, 1998.

BECKER, H. **Evidências**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BOURDIEU, P. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et sociétés**, v. 7, n. 1, p. 91-118, 1975.

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 2-3, p. 88-104, jun. 1976.

BOURDIEU, P. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral**, v. 2. Petrópolis: Vozes, 2021.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: HALSEY, A. H. et al. **Education culture, economy and society**. New York: Oxford University Press, 1997.

BRUCK, M. S. Jornalistas e teorias: conciliação possível? **InTexto**, v. 2, n. 25, p. 16-32, dez. 2011.

CANELLA, G. Journalistic Power: Constructing the “Truth” and the Economics of Objectivity. **Journalism Practice**, v. 17, n. 2, p. 209-225, 2023.

CARLSON, M. et al. Journalism Studies and its Core Commitments: The Making of a Communication Field. **Journal of Communication**, v. 68, n. 1, p. 6-25, 2018.

CHANEL, A. La modernité de la formation au journalisme. **Communication et langages**, n. 128, v. 1, p. 81-95, abr.-jun. 2001.

COCK, J. et al. Operando com conceitos de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, v. 44, n. 1, p. 1-119, 2018.

CRATIBERG, L. Plea for recognition of scientific character of journalism. **Educator**, s. n., p. 1-6, 1989.

DEUZE, M.; QUANDT, T.; WAHL-JORGENSEN, K. Call for papers: Theory Review section of Journalism Studies. **Journalism Studies**, v. 11, n. 1, p. 1, 2010.

FRANCISCATO, C. E. Desafios para pensar a geração de conhecimento no campo do jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2 a 6 set. 2008.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GINGRAS, Y. L'institutionnalisation de la recherche en milieu universitaire et ses effets. **Sociologie et sociétés**, v. 23, n. 1, p. 41-54, 1991.

GOUTIER, N. et al. From "Cool Observer" to "Emotional Participant": The Practice of Immersive Journalism. **Journalism Studies**, v. 22, n. 12, p. 1648-1664, 2018.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA, J. L. O nascimento do jornalismo moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2 a 6 set. 2003.

HIME, G. V. V. C. Reflexões sobre o ensino de Teoria do Jornalismo. 18º INTERCOM SUDESTE. Bauru: **Anais...** Unesp, 2013.

HOHLFELDT, A. Objetividade: categoria jornalística mitificada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 3 a 7 set. 2001.

KPEROGI, F. A. News with Views: Postobjectivism and Emergent Alternative Journalistic Practices in America's Corporate News Media. **The Review of Communication**, v. 13, n. 1, p. 48-65, jan. 2013.

LAVILLE, C. Journalisme: former au changement. **MédiaMorphoses**, n. 24, v. 1, p. 92-96, 2008.

LECLERC, M. La notion de discipline scientifique. **Politique**, v. 15, n. 1, p. 23-51, 1989.

LIPPMANN, W. **A opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACHADO, E. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo. **E-Compós**, v. 1, n. 1, p. 1-15, dez. 2004.

MARTINO, L. M. S. Irrelevante!: a crítica de Nilson Lage à Teoria da Comunicação no ensino de Jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 19, n. 1, 2022, pp. 85-97.

MARTINO, L. M. S. O sentido da teoria na pesquisa em comunicação. **Famecos**, v. 28, n. 1, 2021, p. e39211-12.

MARTINO, L. M. S. **Teoria Sociológica**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 2023.

MORETZSOHN, S. Profissionalismo e objetividade: o jornalismo na contramão da política. 2002. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.html>. Acesso em: 18 jun. 2011.

NERONE, J. Why Journalism History Matters to Journalism Studies. **American Journalism**, v. 30, n. 1, p. 15-28, 2013.

OJALA, M. Is the Age of Impartial Journalism Over? **Journalism Studies**, v. 22, n. 15, p. 2042-2060, 2021.

PAPET, J. La reconnaissance des écoles de journalisme. **MédiaMorphoses**, n. 24, v. 1, p. 61-63, 2008.

PARK, R. News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge. **The American Journal of Sociology**, v. 45, n. 5, p. 669-686, mar. 1940.

PIRES, A. P. Os conceitos de campo científico, hábitos científico e capital científico na análise da formação de pesquisadores para o campo da política educacional. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2022.

ROCHA, P. M. A conformação do campo profissional em jornalismo e o contexto da profissionalização no Brasil. **Interin**, v. 21, n. 1, p. 65-83, jan.-jun. 2016.

RODRIGUES, C. M.; AGUIAR, L. A. Jornalismo como forma de conhecimento e o imperativo da verdade. **Cuadernos De Educación Y Desarrollo**, v. 15, n. 3, p. 2459-2476, 2023.

SANTANA, M. J. S.; TEMER, A. C. R. P.; MORAES, A. T. A questão do jornalismo como campo de conhecimento. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 11, n. 28, p. 39-53, jun. 2021.

SHAPIRO, I. et al. Verification as a strategic ritual. **Journalism Practice**, v. 7, n. 6, p. 657-673, 2013.

SIGNATES, L.; CORREIA, W. A. Jornalismo, ciência da comunicação. In: MAIA, J.; PAVAN, R.; FARIAS, S. J. (Orgs.). **Estudos contemporâneos de jornalismo**. Goiânia: Ed. UFG, 2019, p. 77-92.

SILVA, A. L. M. et al. Jornalismo: entre a busca por uma epistemologia própria e a necessidade de afirmação profissional e de pesquisa. **Questões Transversais**, v. 3, n. 5, p. 53-61, jan.-jun. 2015.

SILVA, G. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan.-jun. 2009.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Florianópolis: Insular, 2009.

TAYLOR, J. **The academic community**. Oxford: OUP, 1973.

WEAVER, D. H.; McCOMBS, M. E. Journalism and social science: A new relationship? **Public Opinion Quarterly**, v. 44, n. 1, p. 477-494, 1980.

Submissão: 29 de abr. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.